

OFICIO/PRESERV/PTU/MG/468/2021

Paracatu – MG, 30 de agosto de 2021

Ao Sr.

Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Paracatu,


Vimos respeitosamente à presença de Vossa Senhoria solicitar a gentileza de que seja dada ampla divulgação nos murais de aviso, quadros de publicação e no site SINDSPAR do documento TRIAGEM DE DOCUMENTAÇÃO PARA PROTOCOLIZAÇÃO DE REQUERIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO (enviado em anexo), que o servidor em atividade tem que apresentar para a protocolização de requerimento de benefício (pensão ou aposentadoria) no Instituto dos Servidores Públicos Municipais, PRESERV. Esse documento encontra-se afixado no quadro de avisos e pode ser acessado no site <https://www.preserv.mg.gov.br>.

Nestes termos, aprez-nos dirigir à Vossa Senhoria no intuito de fortalecer o indispensável apoio deste Sindicato para que possamos dar conhecimento das exigências para a formalização dos pedidos de benefício e, assim, atender com rapidez, agilidade e qualidade os servidores desta municipalidade.

Ficamos à disposição para prestar todos os esclarecimentos sobre os novos procedimentos do Instituto.

Na certeza de contar com a sua atenção, desde já agradecemos e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,



Geraldo Batista Filho
Superintendente Executivo

Illmo. Sr.
Geraldo Edson Alves
Presidente do SINDSPAR
Paracatu-MG

**TRIAGEM DE DOCUMENTAÇÃO PARA A PROTOCOLIZAÇÃO DE
REQUERIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA
POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E IDADE, OU POR INVALIDEZ COM
PROVENTOS INTEGRAL**

Requerente: _____

Telefone: _____

Procurador: _____

Telefone: _____

- 1. Requerimento devidamente assinado pelo requerente ou seu procurador (mediante procuração legalmente instituída) com a fundamentação legal do pedido;
- 2. Sentença e respectivo acórdão proferido em grau de recurso com certidão de trânsito em julgado, quando se tratar de aposentadoria decorrente do cumprimento de decisão judicial;
- 3. Laudo médico oficial, em que constem data da inspeção, CID, CRM, assinatura da junta médica e **se os proventos devem ser integrais**, em caso de aposentadoria por invalidez;
- 4. Identidade;
- 5. CPF;
- 6. Título de Eleitor;
- 7. PIS/PASEP;
- 8. Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento atualizada;
- 9. Comprovante de residência atualizado;
- 10. Portaria de Nomeação e Termo de Posse;
- 11. Contagem de Tempo emitida pela Prefeitura Municipal de Paracatu (ORIGINAL). O **TEMPO AVERBADO** referente ao período de trabalho para a Prefeitura deste município, mas com contribuição para outro órgão,

**TRIAGEM DE DOCUMENTAÇÃO PARA A PROTOCOLIZAÇÃO DE
REQUERIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO DE PENSÃO**

Requerente: _____

Telefone: _____

Procurador: _____

Telefone: _____

- 1. Requerimento devidamente assinado pelo requerente ou seu procurador (mediante procuração legalmente instituída) com a fundamentação legal do pedido;
- 2. certidão de óbito ou declaração judicial, em caso de morte presumida;
- 3. sentença e respectivo acórdão proferido em grau de recurso com certidão de trânsito em julgado, quando se tratar de pensão decorrente do cumprimento de decisão judicial;
- 4. cópia de documento de Identidade oficial com foto e do CPF do ex-segurado instituidor da pensão e dos beneficiários.
- 5. cópia de documento de Identidade oficial com foto, cópia do CPF, cópia da certidão de nascimento para os filhos menores ou inválidos, documento com a data de nascimento do beneficiário;
- 6. demonstrativo de pagamento referente à última remuneração percebida, caso o ex-segurado tenha falecido em atividade ou na reserva;
- 7. demonstrativo de pagamento de proventos relativo ao mês anterior à data do óbito, quando se tratar de ex-segurado aposentado ou reformado;
- 8. certidão de tempo total de serviço/contribuição, na hipótese de ex-segurado falecido em atividade;
- 9. cópia de documento oficial que indique o n. do CPF e a data de nascimento de cada um dos requerentes, beneficiários da pensão;
- 10. comprovante de vínculo ATUALIZADO (certidão de casamento, certidão de nascimento e outros) para cada um dos requerentes da pensão;
- 11. documento legal da tutoria ou curadoria, quando se tratar de beneficiário para menor ou incapaz, para cada um dos requerentes da pensão;



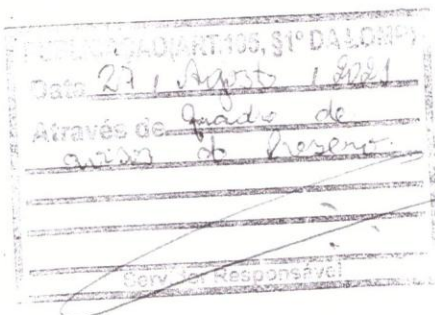
12. comprovante de residência atualizado de todos os requerentes e beneficiários da pensão;

13. **DECLARO ESTAR CIENTE** de que o PRESERV poderá me convocar, a qualquer tempo, nos termos do art. 22 da Lei Municipal n.º 3313/2017, para prestar esclarecimentos ou apresentar outros documentos necessários para a continuidade do procedimento administrativo de concessão de benefício.

14. Outros. Descrever: _____

Paracatu-MG ____ de _____ 20__

Responsável pela entrega dos documentos



**TRIAGEM DE DOCUMENTAÇÃO PARA A PROTOCOLIZAÇÃO DE
REQUERIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA
POR IDADE**

Requerente: _____

Telefone: _____

Procurador: _____

Telefone: _____

- 1. Requerimento devidamente assinado pelo requerente ou seu procurador (mediante procuração legalmente instituída) com a fundamentação legal do pedido;
- 2. Sentença e respectivo acórdão proferido em grau de recurso com certidão de trânsito em julgado, quando se tratar de aposentadoria decorrente do cumprimento de decisão judicial;
- 3. Identidade;
- 4. CPF;
- 5. Título de Eleitor;
- 6. PIS/PASEP;
- 7. Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento atualizada;
- 8. Comprovante de residência atualizado;
- 9. Portaria de Nomeação e Termo de Posse;
- 10. Contagem de Tempo emitida pela Prefeitura Municipal de Paracatu (ORIGINAL). O **TEMPO AVERBADO** referente ao período de trabalho para a Prefeitura deste município, mas com contribuição para outro órgão, discriminado no documento de Contagem de Tempo, deve ser comprovado mediante a apresentação da Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, IPSEMG ou outro RPPS para certificar esse período de Tempo Averbado, conforme art. 96, V e VII da Lei n.º 8213/1991, com redação dada pela Lei Federal n.º 13.846/2019.

11. Certidão de tempo de serviço/contribuição expedida por outros órgãos ou entidades, inclusive pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), **com os salários de contribuição a partir de 1994, para a averbação de tempo privado ou de público na Prefeitura Municipal de Paracatu**, conforme art. 74 da Lei Municipal n.º 3313/2017, Portaria MPS n.º 154/2008, Portaria MF n.º 567/2017 (ORIGINAL). As CTCs de outros órgãos devem constar que o tempo está sendo encaminhado para a Prefeitura de Paracatu ou PRESERV.
12. Demonstrativo de Pagamento com proventos relativos ao mês anterior à data do protocolo.
13. **RELAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE JULHO DE 1994 (ORIGINAL E CERTIFICADA PELO EMITENTE)**, de acordo com os arts. 65, 119, 153, 154, 155, 156, 198, 199 da Lei Municipal n.º 3313/2017, e Portaria MPS n.º 402/2008, Portaria MPS n.º 154/2008, Portaria MF n.º 567/2017, a ser solicitada junto ao órgão competente.
14. **DECLARO ESTAR CIENTE** de que o PRESERV poderá me convocar, a qualquer tempo, nos termos do art. 22 da Lei Municipal n.º 3313/2017, para prestar esclarecimentos ou apresentar outros documentos necessários para a continuidade do procedimento administrativo de concessão de benefício.
15. Outros. Descrever: _____

Paracatu-MG _____ de _____ 20____

Responsável pela entrega dos documentos



**TRIAGEM DE DOCUMENTAÇÃO PARA A PROTOCOLIZAÇÃO DE
REQUERIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA
ESPECIAL**

Requerente: _____

Telefone: _____

Procurador: _____

Telefone: _____

- 1. Requerimento devidamente assinado pelo requerente ou seu procurador (mediante procuração legalmente instituída) com a fundamentação legal do pedido;
- 2. Sentença e respectivo acórdão proferido em grau de recurso com certidão de trânsito em julgado, quando se tratar de aposentadoria decorrente do cumprimento de decisão judicial;
- 3. Identidade;
- 4. CPF;
- 5. Título de Eleitor;
- 6. PIS/PASEP;
- 7. Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, atualizada
- 8. Comprovante de residência atualizado;
- 9. Portaria de Nomeação e Termo de Posse;
- 10. PPP - Perfil Profissiográfico Previdenciário de todo o período de atividade especial. Nos casos de tempo de atividade especial em empresa privada ou outro RPPS, apresentar o PPP emitido pelo empregador.
- 11. LTCAT – Laudo técnico das condições ambientais de trabalho

12. Contagem de Tempo emitida pela Prefeitura Municipal de Paracatu (ORIGINAL). O **TEMPO AVERBADO** referente ao período de trabalho para a Prefeitura deste município, mas com contribuição para outro órgão, discriminado no documento de Contagem de Tempo, deve ser comprovado mediante a apresentação da Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, IPSEMG ou outro RPPS para certificar esse período de Tempo Averbado, conforme art. 96, V e VII da Lei n.º 8213/1991, com redação dada pela Lei Federal n.º 13.846/2019, **deixando explícito se o tempo é especial ou comum.**
13. Certidão de tempo de serviço/contribuição expedida por outros órgãos ou entidades, inclusive pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), **com os salários de contribuição a partir de 1994, para a averbação de tempo privado ou de público na Prefeitura Municipal de Paracatu,** conforme art. 74 da Lei Municipal n.º 3313/2017, Portaria MPS n.º 154/2008, Portaria MF n.º 567/2017 (ORIGINAL). As CTCs de outros órgãos **devem constar se o tempo é especial e comum** e que o tempo está sendo encaminhado para a Prefeitura de Paracatu ou PRESERV.
14. Demonstrativo de Pagamento com proventos relativos ao mês anterior à data do protocolo.
15. **RELAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE JULHO DE 1994 (ORIGINAL E CERTIFICADA PELO EMITENTE)**, de acordo com os arts. 65, 119, 153, 154, 155, 156, 198, 199 da Lei Municipal n.º 3313/2017, e Portaria MPS n.º 402/2008, Portaria MPS n.º 154/2008, Portaria MF n.º 567/2017, a ser solicitada junto ao órgão competente.
16. **DECLARO ESTAR CIENTE** de que o PRESERV poderá me convocar, a qualquer tempo, nos termos do art. 22 da Lei Municipal 3313/2017, para prestar esclarecimentos ou apresentar outros documentos necessários para a continuidade do procedimento administrativo de concessão de benefício.
17. Outros. Descrever: _____

Paracatu-MG ____ de _____ 20__

Responsável pela entrega dos documentos

**TRIAGEM DE DOCUMENTAÇÃO PARA A PROTOCOLIZAÇÃO DE
REQUERIMENTOS DE SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA
POR INVALIDEZ COM PROVENTOS PROPORCIONAIS**

Requerente: _____

Telefone: _____

Procurador: _____

Telefone: _____

- 1. Requerimento devidamente assinado pelo requerente ou seu procurador (mediante procuração legalmente instituída) com a fundamentação legal do pedido;
- 2. Sentença e respectivo acórdão proferido em grau de recurso com certidão de trânsito em julgado, quando se tratar de aposentadoria decorrente do cumprimento de decisão judicial
- 3. laudo médico oficial, em que constem data da inspeção, CID, CRM, assinatura da junta médica e **se os proventos devem ser proporcionais**, em caso de aposentadoria por invalidez;
- 4. Identidade
- 5. CPF
- 6. Título de Eleitor
- 7. PIS/PASEP
- 8. Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, atualizado
- 9. Comprovante de residência, atualizado
- 10. Portaria de Nomeação e Termo de Posse
- 11. Contagem de Tempo emitida pela Prefeitura Municipal de Paracatu (ORIGINAL). O **TEMPO AVERBADO** referente ao período de trabalho para a Prefeitura deste município, mas com contribuição para outro órgão, discriminado no documento de Contagem de Tempo, deve ser comprovado

mediante a apresentação da Certidão de Tempo de Contribuição do INSS, IPSEMG ou outro RPPS para certificar esse período de Tempo Averbado, conforme art. 96, V e VII da Lei n.º 8213/1991, com redação dada pela Lei Federal n.º 13.846/2019.

12. Certidão de tempo de serviço/contribuição expedida por outros órgãos ou entidades, inclusive pelo Regime Geral de Previdência Social (INSS), **com os salários de contribuição a partir de 1994, para a averbação de tempo privado ou de público na Prefeitura Municipal de Paracatu**, conforme art. 74 da Lei Municipal n.º 3313/2017, Portaria MPS n.º 154/2008, Portaria MF n.º 567/2017 (ORIGINAL). As CTCs de outros órgãos devem constar que o tempo está sendo encaminhado para a Prefeitura de Paracatu ou PRESERV.

13. Demonstrativo de Pagamento com proventos relativo ao mês anterior à data do protocolo.

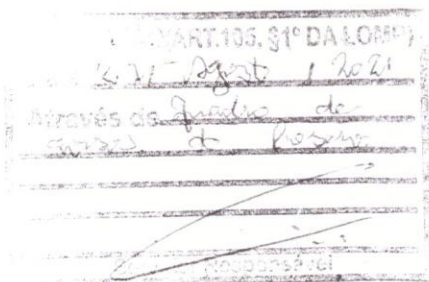
14. **RELAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE JULHO DE 1994 (ORIGINAL E CERTIFICADA PELO EMITENTE)**, de acordo com os arts. 65, 119, 153, 154, 155, 156, 198, 199 da Lei Municipal n.º 3313/2017, e Portaria MPS n.º 402/2008, Portaria MPS n.º 154/2008, Portaria MF n.º 567/2017, a ser solicitada junto ao órgão competente.

15. **DECLARO ESTAR CIENTE** de que o PRESERV poderá me convocar, a qualquer tempo, nos termos do art. 22 da Lei Municipal 3313/2017, para prestar esclarecimentos ou apresentar outros documentos necessários para a continuidade do procedimento administrativo de concessão de benefício;

16. Outros. Descrever: _____

Paracatu-MG ___ de _____ 20__

Responsável pela entrega dos documentos



**TRIAGEM DE DOCUMENTAÇÃO PARA A PROTOCOLIZAÇÃO DE
REQUERIMENTOS DE SIMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS**

Requerente: _____

Telefone: _____

Procurador: _____

Telefone: _____

1. Requerimento devidamente assinado pelo requerente ou seu procurador (mediante procuração legalmente instituída) solicitando a simulação de benefício de aposentadoria.
2. Identidade
3. Portaria de Nomeação e Termo de Posse
4. Contagem de tempo da Prefeitura Municipal de Paracatu.
5. CNIS ou CTC - INSS e/ou documentos expedidos por outros órgãos ou entidades, para a contagem de tempo privado ou de tempo público em outro RPPS.
6. Demonstrativo de Pagamento com proventos relativo ao mês anterior à protocolização do pedido de simulação.
7. **DECLARO ESTAR CIENTE** de que a simulação do cálculo dos proventos do benefício de aposentadoria, quando se aplicar a regra do art. 65 da Lei Municipal n.º 3.313/2017, fica condicionada, impreterivelmente, a apresentação por mim da **RELAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE JULHO DE 1994**, de acordo com os art. 65, 119, 153, 154, 155, 156, 198, 199 da Lei Municipal n.º 3313/2017, e Portaria MPS n.º 402/2008, Portaria MPS n.º 154/2008, Portaria MF n.º 567/2017, a ser solicitada junto ao órgão competente.
8. **DECLARO ESTAR CIENTE** de que o PRESERV poderá me convocar, a qualquer tempo, nos termos do art. 22 da Lei Municipal n.º 3313/2017, para prestar esclarecimentos ou apresentar outros documentos necessários para a continuidade do procedimento de simulação do benefício;

